



As relações Portugal-Brasil na *Revista de História* (1912-1928): reflexões em torno do Luso-tropicalismo e da Lusofonia

Relations between Portugal and Brasil within the Revista de História (1912-1928)

NUNO BESSA MOREIRA¹

Resumo

As realidades e os conceitos de lusofonia são complexos, envolvendo *instituições, práticas, imaginários, doutrinas, teorias*, mas também *comunidades, povos e identidades*. Partindo da história e da historiografia, este artigo visa problematizar as relações e representações culturais entre intelectuais de Portugal e do Brasil no seio da *Revista de História* (1912-1928), dirigida por Fidelino de Figueiredo. Ao analisar, em 1925, *Um século de relações Luso-brasileiras*, este autor pugna por uma convergência entre os dois países, mas em nome de um eventual colonialismo implícito. Este estudo aborda as origens do luso-tropicalismo, distinguindo-o da lusofonia e tentando evitar *equivocos de dois conceitos hiper-identitários*, sem deixar de abordar as respectivas *potencialidades*. Durante a Primeira República, e nos primeiros anos da Ditadura Militar, embora o termo lusofonia não pertencesse ao uso comum, era notória, pelo contrário, a presença de uma nostalgia *lusocêntrica* na *Revista de História*.

Palavras-Chave: Revista de História; lusofonia; luso-tropicalismo

Abstract

The realities and concepts concerning lusophony are complex, involving institutions, practices, imaginary, doctrines, theories, but also communities, peoples and identities. According to the history of historiography's perspective, this article aims to problematize the relation between intellectuals and cultural representations of Portugal and Brazil within the *Revista de História* (1912-1928), directed by Fidelino de Figueiredo. The author strives for a convergence between the two countries by analyzing, in 1925, *A century of Luso-Brazilian relations*, towards an implicit colonialism. Our study discusses the origins of luso-tropicalism, distinguishing it from lusophony and trying to avoid misconceptions of these two concepts, while addressing their potential. The presence of a *lusocentric nostalgia* in the *Revista de História* was notorious during the Portuguese First Republic and in the beginning of *Military Dictatorship*, although the word lusophony did not belong to common use.

Keywords: *Revista de História*; lusophony; luso-tropicalism

1. LUSO-TROPICALISMO E LUSOFONIA SOB O PRISMA DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Quando nos deparámos com o estimulante desafio de pensar as temáticas do luso-tropicalismo e da lusofonia tomámos desde logo consciência da dificuldade da tarefa. Uma parte considerável dos historiadores portugueses, nomeadamente aqueles que tratam de questões relacionadas com os Descobrimentos e a Expansão,

¹ CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, knunoclio@gmail.com

passam ao lado de uma consideração explícita ou declarada de temáticas em torno da lusofonia, ainda que trabalhem assuntos portadores de afinidades com esta matéria, de modo exaustivo e indispensável, pelo menos na perspectiva que defendemos neste texto, segundo a qual a crítica de fontes de feição parcialmente empírica ajuda a evitar anacronismos *presentistas* exacerbados. A relativa predominância da linha de investigação da qual somos herdeiros pode contribuir para explicar as reservas e reticências anteriormente expostas. Somos solidários com essas cautelas e defendemos que a abordagem do luso-tropicalismo e da lusofonia pode beneficiar de perspectivas assentes na historicidade dos documentos e respectiva exegese, filológica e histórico-cultural, combinando diacronia e sincronia, sem dispensar as interpretações dos historiadores. A relação entre a historiografia, a história da historiografia e a lusofonia não tem sido muito analisada de modo explícito ou crítico. Este artigo constitui um pequeno contributo para alterar este cenário. Convém apontar algumas razões deste empreendimento. Em primeiro lugar, a historiografia é passível de implicar práticas, discursos e representações acerca das realidades históricas. A lusofonia pode configurar uma realidade múltipla, congregando as dimensões expostas que a tornam num objecto apetecível da historiografia e da respectiva história.

Em segundo lugar, a historiografia e a sua história interessam-se pelas questões inerentes à definição de lusofonia, cabendo-lhes analisá-las e problematizá-las. Julgamos procedente a possibilidade de identificação da lusofonia como um *fenómeno social total*. Trata-se de uma realidade plural e multimoda, um conceito que implica outros e extravasa o âmbito conceptual. Por outro lado, a lusofonia lida com imagens, mas extrapola-as em direcção a imaginários. Propomos que seja encarada enquanto categoria. A perspectiva genérica pioneira propugnada por António Manuel Hespanha reveste-se de importância e serve-nos de guia, de forma a aplicá-la, parcial e indiciariamente, à questão da lusofonia.

António Hespanha considera que as *categorias* são formas activas e privilegiadas de criar e interpretar as realidades, dotando-as de modelos explicativos. Defende que aquelas instâncias possuem um carácter poético, dado que não mimetizam os referentes. As categorias conciliam uma vertente convencional com outra criativa, sendo activas e dinâmicas, ao contrário das imagens e das representações. No entanto, as representações teatrais são passíveis de incorporar novidade, comparando como *apresentações*. António Manuel Hespanha admite similitude entre categorias e conceitos (Hespanha, 2003: 824). Todavia, postula que estes são muitas vezes conotados com o pensamento, a filosofia e a história das ideias, dos quais se pretende demarcar, em nome de uma história social que trate pensadores e filósofos como *soldados rasos* (Hespanha, 2003: 824). Do nosso ponto de vista, Hespanha tem parcialmente razão. Todavia, entendemos que pode colocar-se em prática uma linha historiográfica que salvguarde uma história dos intelectuais e das ideias de natureza sócio-cultural e também a relação entre práticas, discursos e representações.

Pensamos, inclusive, que a lusofonia é passível de ser historiograficamente estudada, sob o prisma de uma história social e cultural das categorias ou então

dos conceitos. Terá, para tal, que *combater* alguns cultores da história social que ainda opõem *palavras a coisas*, estudando apenas estas, em desprimor daquelas. Contudo, palavras e discursos possuem e criam realidade própria, tal como, em nosso entender, a realidade que lhes é exterior tem uma existência empírica que nunca é apreendida de forma absolutamente directa, nem total, sendo passível de construção historiográfica que respeite, na medida do possível, essa realidade. Divergimos, tal como António Hespanha, daqueles que consideram que *os discursos não falam por si mas são apropriados socialmente*. Pensamos, todavia, que as duas situações não são necessariamente antagónicas. A autonomia do discurso e da história das categorias ou dos conceitos podem ser compaginadas e relacionadas com as apropriações sociais que deles se fazem. Estas questões são *novas* para nós.

A terceira razão pela qual defendemos a possibilidade de relacionar historiografia e sua história com a lusofonia prende-se com a consideração desta como um conceito, que evoluiu ao longo do tempo e é portador de historicidade própria, consoante as coordenadas espaço-temporais e político-ideológicas que determinam a sua existência em diacronia e sincronia, sendo Reinhart Koselleck uma figura de proa da história dos conceitos (Koselleck, 1997), da qual ajudou a criar escola em Bielefeld. Esta conta com nomes como Werner Conze ou Otto Brunner, entre os pioneiros.

Por outro lado, a história da historiografia pode comprometer-se específica e singularmente com a lusofonia se tivermos em conta que aquela comporta a ciência de Clio como disciplina e profissão e esta tem vindo a desenvolver estudos interdisciplinares que ultrapassam perspectivas exclusiva ou primordialmente político-ideológicas, a favor ou contra o colonialismo. Embora possam integrá-las, estas são crescentemente subordinadas a imperativos de rigor científico. Existem certamente pesquisas parcelares sobre esta matéria, mas resultam, salvo raras excepções, de inventários sobretudo descritivos acerca do estado da arte. Finalmente, a história dos estudos sobre lusofonia parte do princípio segundo o qual estes são situados no espaço e no tempo, dependendo o resultado da investigação dos perfis dos investigadores e das respectivas formações, habilitações, metodologias e formas de narrar.

A fonte central desta comunicação é a *Revista de História* (1912-1928), publicada em dezasseis volumes e sessenta e quatro números, portadora de uma periodicidade trimestral (Moreira, 2012).

As *práticas historiográficas e regras metódicas* com as quais mais nos identificamos foram sendo sistematicamente apontadas a partir de finais do século XIX. Respeitamos e admiramos o escrúpulo com a decifração documental e a crítica interna e externa de documentos, inspirada em Monod e Langlois & Seignobos, ao arrepio da alegada crença numa objetividade absoluta e ingénua. Na nossa investigação sobre a *Revista de História* esperamos ter logrado, pelo menos parcialmente, a defesa da história como ciência, portadora de regras e metodologias sistematizadas por Marc Bloch: A colocação de problemas, o levantamento de hipóteses, a partir de uma observação indirecta prévia decorrente do trabalho com documentos (Bloch, 1949), escritos ou não, como bem avisou Lucien Febvre (1953), ainda que nesta nossa investigação nos tenhamos limitado aos primeiros.

As versões radicais do pós-modernismo encontram-se arredadas das nossas práticas. Recusamos o relativismo puro, que tudo reduz à subjetividade dos historiadores, preocupados em perscrutar o caráter alegadamente *sublime* dos textos, configuradores de uma realidade que sem eles não existe – como parece transparecer de alguns trabalhos de Frank Ankersmit (1983) – ou adquire uma intangível espectralidade *traumática*. Nos seus momentos mais extremos, como em *The Content of the Form*, também Hayden White (1983) defendeu a especificidade linguística do discurso historiográfico, portador de *tropos* diferenciadores.

Alguns historiadores conotados com o pós-modernismo tiveram, em nosso entender, o mérito de chamar a atenção para o modo como os historiadores constroem o passado e os discursos sobre ele. Aliás, bem antes do pós-modernismo, o sociólogo Raymond Aron publicara *Philosophie de L'Histoire* (Aron, 1950). Em 1954 foi dado à estampa o estudo de Henri-Irenée Marrou, intitulado *De la connaissance historique* (Marrou, 1954). Em ambos os trabalhos se destaca a defesa da subjetividade historiográfica, que não deixa de se sintonizar com a procura de objetividade. Entretanto, Paul Ricoeur começou a publicar sobre temas historiográficos em *Histoire et vérité* (Ricoeur, 1955), onde defendeu ideias afins às expostas.

Por outro lado, nos anos 70 deu-se o *Lingusitic Turn* que, no âmbito historiográfico, sublinhou a reacção ao estruturalismo braudeliano, protagonizada, desde a década anterior, por Michel Foucault (1966, 1969) e Roland Barthes (1967). *Le Discours de l'Histoire* possui valor instrumental, na medida em que considera a especificidade da escrita historiográfica, cuja neutralidade é debatida e negada. Contudo, afastamo-nos de uma leitura esquemática e sistemática dos postulados barthesianos. Guardamos igualmente distâncias acentuadas face às *formas e unidades discursivas* foucaultianas, sem negar a respetiva relevância. Por esta ordem de razões, não concordamos com o historiador que mais terá seguido Foucault, Paul Veyne (1971), para o qual a História é apenas uma narrativa de factos verosímeis.

Temáticas como o luso-tropicalismo e a lusofonia prestam-se a abordagens dependentes de teleologias ou inclinações de pendor político, que tentem impor dedutivamente uma *agenda* aprioristicamente estabelecida e podem revelar-se perniciosas. Alternativamente, para que o pluralismo consiga erigir-se como um dos vectores centrais do conhecimento historiográfico, julgamos fundamental que o aprendiz de historiador tente respeitar a especificidade do passado com o qual lida como um *outro*, dotado de *identidade(s)* e *personalidade(s)* próprias, sem esquecer o presente a partir do qual escreve o cultor de Clio, cujo percurso possui historicidade, dotado de princípios, valores, idiossincrasias, posições metodológicas, ontológicas, metodológicas, entre outras.

Num texto seminal, pelos caminhos que abriu, Charles-Olivier Carbonell elabora um manifesto a favor de uma história sócio-cultural da historiografia, da qual comungamos (Carbonell, 1982).

Numa investigação recente, Horst Walter Blanke refere que a História da Historiografia concita várias funções. Destaquemos duas. Por um lado, é passível de

constituir-se como plataforma que absorve, situa e condiciona construções teóricas, que se lhe submetem. Também pode verificar-se a instrumentalização da História da Historiografia pela Teoria da História. Optámos, neste estudo, pela primeira função enunciada (Blanke, 2010: 232-237; Moreira, 2012). Esta comunicação conjuga modos de apresentar e fazer a História da Historiografia recentemente apontados por Teixeira de Godoy: o repertório, o balanço historiográfico e a crítica (Godoy, 2010: 198-199).

Neste artigo pretendemos demonstrar que a prática e a escrita historiográficas não são neutras. Quando se debruçam, na *Revista de História*, sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa para o Brasil, os historiadores não falam apenas do passado longínquo. Pronunciam-se, através dele, ou directamente, sobre o presente em que vivem e, implicitamente, avaliam proximidades e marcam distâncias face a colegas brasileiros. Quanto ao periódico que nos ocupa, parece prevalecer uma *nostalgia lusocêntrica*, um imperialismo mitigado, ainda que sob a égide de uma retórica que não prefigura o luso-tropicalismo, mas defende instrumental ou efectivamente uma relação pacífica entre Portugal e Brasil, não chegando a referir sequer uma tradição de miscigenação. Qualquer arremedo de lusofonia *avant la lettre* encontra-se liminarmente afastado da *Revista de História*.

2. TRATAMENTO HISTORIOGRÁFICO DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO PARA O BRASIL NA *REVISTA DE HISTÓRIA*

Em 1914, Pedro de Azevedo passou ao lado da prefiguração do luso-tropicalismo e tentou perceber as origens da Colonização Portuguesa do Brasil, publicando um conjunto de documentos sobre o primeiro Governador do território, Tomé de Sousa (Azevedo, 1914). Para além disso, Azevedo contesta parcialmente a ideia do historiador brasileiro Francisco Varnhagen, segundo a qual Tomé de Sousa pertenceria, enquanto filho natural, a uma das primeiras famílias do reino. O arquivista aponta dois ramos da família Sousa, os do Prado e os de Arronches. O pai do governador era João de Sousa, prior de Rates.

Em seguida, ainda no ano de 1914, João Lúcio de Azevedo não se dedica prioritariamente às origens das expedições oriundas de Portugal em território brasileiro, mas trata de compará-las com as actividades realizadas pelos espanhóis na América Central e do Sul e pelos Ingleses na América do Norte. Lúcio de Azevedo pratica uma historiografia dos Descobrimentos que evidencia um nacionalismo avesso a *frentismos*, permeável a outras culturas. Defende uma independência do Brasil (1822), na sequência de três séculos de colonização, que tivesse sido mais uma autonomia do que uma separação radical face a Portugal. Para mostrar o carácter conciliatório da sua de visão, o autor recorre à exposição das teses de Oliveira Lima, historiador brasileiro com o qual concorda, que proferira seis conferências recentes na Sorbonne, em 1911, e outras tantas em Stanford (Azevedo, 1914).

Por outro lado, Lúcio de Azevedo aproveitou a ocasião para divulgar a promoção de trabalhos sobre a cultura portuguesa na América Latina, desenvolvendo um

esforço de *diplomacia cultural*, no qual se inscreve a defesa e promoção das teses de Oliveira Lima. Este encara a mestiçagem de índios, africanos e judeus naquele território como uma marca distintiva face à menor heterogeneidade racial da América do Norte.

Para este lusófilo, a colonização portuguesa foi menos agressiva do que a espanhola ou a inglesa na América, que por seu turno se fechou mais a um desejável encontro de culturas. A Historiografia dos Descobrimentos praticada por Lúcio de Azevedo é tributária de uma ideia de conversão, em detrimento de uma lógica de antagonismo. Todavia, terá cabido aos povos europeus descobridores e conquistadores contribuir para impor as suas culturas aos povos nativos. Contudo, a imposição portuguesa não se terá dado pela força, tendo outrossim decorrido, alegadamente, sob o signo do respeito pelos costumes, hábitos e tradições das comunidades autóctones.

A abordagem que se segue principia pelo estudo de dois textos do director da *Revista de História*, Fidelino de Figueiredo; um consignado a *Les Idées Nouvelles Sur Les Découvertes Géographiques des Portugais* (Figueiredo, 1925 a) e o outro relativo ao *Aspecto científico na Colonização Portuguesa da América*, ambos publicados em 1925 (Figueiredo, 1925 b).

No primeiro artigo, o director da *Revista de História* subscreve o seu contemporâneo Almeida d' Eça no que tange à existência de uma escola cartográfica portuguesa (Figueiredo, 1925 a).

Fidelino de Figueiredo revela as suas motivações e os propósitos que o conduziram ao estudo em análise logo desde as primeiras linhas do texto intitulado *Aspecto científico na Colonização Portuguesa na América*, nas quais expõe a tese central que nele defende: «Proponho-me defender, nestas breves notas, a these de que Portugal, na sua colonização do continente americano não se limitou á exploração económica, mas procurou também fazer o reconhecimento científico dos territórios(...). Não encontro esta opinião, melhor diria até, os factos que a fundamentam, exarados por historiadores brasileiros, ainda os de mais extensa obra (...)» (Figueiredo, 1925 b: 189).

3. A DIPLOMACIA CULTURAL FIDELINIANA: UM SÉCULO DE RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

No que se refere à diplomacia cultural, Fidelino de Figueiredo dirigiu a sua atenção, em 1925, para *Um século de Relações luso-brasileiras*, marcado pela alteração do modo como alguns eruditos oriundos dos dois países vêem a ligação entre ambos após e desde a independência do Brasil ocorrida em 1822, consolidada com a Constituição de 1824 e reconhecida em Portugal em 1825.

Este acontecimento gerou incompreensões e radicalismos de parte a parte, no entender do Director da *Revista de História*, que procura usar o seu artigo como forma de intervir no apaziguamento dos extremismos, repondo o respeito entre ambas as nações, intervindo numa polémica na qual se envolvera a intelectualidade dos dois lados do atlântico, conforme comprova Élio Serpa ao identificar os interveientes que usaram a escrita para exprimir argumentos e adensar tensões durante

a Primeira República (Serpa, 2000). A retórica do respeito pelas diferenças entre Portugal e Brasil corresponde, eventualmente, a uma vontade efectiva, mas é passível de ser lida como resquício nostálgico do antigo imperialismo português, reequacionado em novos moldes: «É quasi superfluo fallar de Portugal no Brasil e deste em Portugal, porque ambos os povos, ao menos as suas classes cultas, conhecem bem as razões de se entre-amarem e prezarem (...). Se os Brasileiros têm o direito de não se deter nessa empreza ingente de construir a sua patria e de querer fazer corresponder á autonomia politica, geographica e economica a autonomia espiritual (...) têm tambem o dever de se moderar nesse direito augusto e na exaltação das suas conquistas, naquelle ponto em que taes sentimentos tomem o caracter de uma lusophobia militante e injusta. Outrossim, os portugueses, se têm o direito de advogar o prestigio da velha metropole, de promover a fruição de todas as vantagens legitimas da lingua commum (...)». (Figueiredo, 1925 c:161).

Élio Serpa comentou deste modo a perspectiva fideliniana sobre as relações culturais luso-brasileiras: «Fidelino iniciou a escrita de seu artigo a partir de um outro texto de Renato Almeida, escritor brasileiro que se posicionou contrário à idéia de ser o Brasil um desdobramento português na América; defendeu a idéia de que a condição de americanos libertou os brasileiros da dependência européia (...). Se a questão crucial e emergencial do Brasil era constituir-se enquanto nação, esta condição, para Fidelino de Figueiredo, já havia sido dada pelos portugueses por meio da língua e da contribuição portuguesa para a formação e dilatação das fronteiras, bem como para a criação de manifestações literárias (...)» (Serpa, 2000: 71).

Efectivamente, o artigo de Fidelino de Figueiredo na *Revista de História* sobre *Um século das relações luso-brasileiras* revela-se mais político do que científico. O autor utiliza um tom cortês, catalisador de concórdia, ou pelo menos de compromisso entre os povos, encarando as divergências com o brasileiro Renato de Almeida como meros reparos às posições assumidas pelo referido intelectual. Todavia, as divergências entre ambos são mais profundas ao nível dos conteúdos do que a forma de escrita fideliniana indicia. Para o director da *Revista de História*, o Brasil é uma *raça comum*, resultante do desmembramento de Portugal e a língua brasileira incorpora não uma transformação do português – como pensava Renato de Almeida – mas o seu enriquecimento. O secretário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos pretendeu colocar-se a meio caminho entre os independentistas mais radicais brasileiros e o *saudosismo*, que apelidou de delirante, daqueles aos quais chamou *aproximadores portugueses* (Figueiredo, 1925: 167). Assim se compreende a homenagem póstuma a Oliveira Lima, um lusófilo conservador encarado como moderado.

4. A HOMENAGEM PÓSTUMA A OLIVEIRA LIMA NA REVISTA DE HISTÓRIA

No seu volume final, que condensa a actividade de dois anos num, correspondente a 1927-28, a *Revista de História* dedica alguns artigos a Oliveira Lima, falecido em Março do derradeiro ano citado.

A nota introdutória de Fidelino de Figueiredo resulta genérica e não contém dados explícitos que concorram para iluminar os requisitos necessários para o convite formulado (Figueiredo, 1927 – 1928 a: 5).

O primeiro artigo é da autoria de um outro pernambucano, o jornalista Mário Mello, e foi escrito em 1920 antes da morte daquele. Desde o título, *Oliveira Lima Intimo*, perfila-se um depoimento em primeira pessoa, pautado por relações de amizade, que se sobrepõem a intenções reflexivas ou teóricas sobre a obra do autor.

Todavia, de modo incipiente, o texto de Mário Mello constitui-se como um contributo para a compreensão da rotina diária de Oliveira Lima, que extravasa os limites da sua actividade intelectual, ainda que se lhe refira. Mário de Mello frisa o cosmopolitismo de Oliveira Lima, ao evidenciar que foi educado em Portugal, trabalhou, até ao presente retratado, no estrangeiro, mas, qual *Ulisses*, não referido mas eventual e difusamente evocado no plano simbólico, regressava a casa, ao Brasil e, sobretudo a Pernambuco, concretamente ao Recife. Resulta curiosa a referência a Portugal, que parece indiciar o suporte moderado e resignado à independência brasileira detentora de um século de existência, em cooperação com a herança do anterior colonizador. Nada é afirmado taxativamente na matéria, nesse sentido ou no inverso. Todavia, perfila-se, nos interstícios do que se diz e silencia, uma posição convergente com um nacionalismo, à procura de compromissos, se não de consensos (Mello, 1927 – 1928: 215-216).

Mário de Mello transmite os traços do quotidiano de Oliveira Lima, de modo descritivo, cronológico, factual, quase microscópico, sem adjectivações, de molde a reproduzir a realidade que presenciara fielmente, pretendendo eventualmente criar no leitor uma ilusão de participação directa nos factos testemunhados: «Oliveira Lima dorme habitualmente às 21 horas e acorda às 5. Inicia logo trabalho que mais atenção lhe está despertando e só o interrompe às 7 horas (...).» (Mello, 1927 – 1928: 218-219).

O segundo depoimento de homenagem a Oliveira Lima foi escrito por um intelectual que vivia no Brasil, José Júlio Rodrigues, que, como o próprio confessa, foi ajudado pelo historiador falecido em certos momentos do seu percurso profissional, mormente na escola de Altos Estudos do Rio de Janeiro, que aquele fundara, ou durante os respectivos cursos na Biblioteca Nacional.» (Rodrigues, 1927-1928: 222).

José Júlio Rodrigues preocupa-se, no derradeiro segmento do seu artigo, em enfatizar a formação intelectual e cultural portuguesa de Oliveira Lima, influenciada pela naturalidade dos seus ascendentes mais directos e pela vinda para a antiga metrópole em tenra idade. José Júlio Rodrigues aprofundou esta questão e deteve-se, para o efeito, na importância de mestres como Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso, professores que pontificavam nas universidades quando Oliveira Lima começou a interessar-se pelas matérias que tratavam. Desses grandes mestres, Oliveira Lima guardou métodos e preferências: «Com *quid* pessoal a aligeirar os methodos de pesquisa theophilianos, de uma aridez desnorteante, Oliveira Lima com esses mentores creou o gosto das monographias exaustivas em que um difficil

assumpto é versado em todas as suas faces até á ultima contribuição de documentos e discutido até ao minimo pormenor (...)» (Rodrigues, 1927-1928: 224).

Segundo Rodrigues, Oliveira Lima terá sofrido desilusões e desapontamentos no decurso da sua trajectória, desde logo no âmbito diplomático, quando foi forçado a retirar-se da embaixada de Londres, tendo a sua carreira sofrido abalo decisivo, ou em 1915, data em que eram patentes as suas posições sobre a Primeira Guerra Mundial, diferentes das dominantes, e cuja recepção pelos poderes terá demonstrado essa incompatibilidade. Em 2004, os historiadores brasileiros Ângela Castro Gomes e Paulo Roberto Almeida estudaram as relações instáveis entre Oliveira Lima, o Visconde de Rio Branco e Joaquim Nabuco. Na *Revista de História* estes conflitos estão ausentes (Almeida, 2001; Moreira, 2012).

José Júlio Rodrigues apresenta Oliveira Lima como lusófilo e parece partilhar dessa lusofilia, mas deixa subtilmente uma crítica ao meio intelectual brasileiro e à imagem que transmite parte dele acerca da antiga metrópole, muitas vezes negativa. (Rodrigues, 1927-1928: 225).

No artigo seguinte (Freyre, 1927-1928), Gilberto Freyre auto-representa-se como catalogador e inventariador – condição e termos nunca nomeados – do espólio fotográfico e da colecção de arte, de quadros e gravuras na posse de Oliveira Lima e guardados na casa deste, em Columbia Heights, mas não se exime o articulista a retirar àquele espaço qualquer carga museológica, no sentido técnico do termo, sublinhando a relação afectiva do homenageado com o espaço: «Entre os 40.000 livros e manuscritos raros é facil perder de vista a collecção de quadros e gravuras e objectos de arte; e a colecção de retratos e photographias. São entretanto duas collecções interessantissimas. Dar a qualquer dellas o nome de collecção é talvez exagero ou injustiça (...)» (Freyre, 1927-1928: 241). O amor de Oliveira Lima aos livros e a sua erudição foram comprovados por Ângela Leal (Leal, 2004). Cláudia Castelo sublinha que Oliveira Lima participara activamente na fase final da educação de Gilberto Freyre no Brasil, tendo sido seu paraninfo (Castelo, 1999: 20). Posteriormente, viveram ambos nos Estados Unidos da América, facto que fortaleceu ainda mais a amizade que os unia.

Neste rastreio de bens de Oliveira Lima, Gilberto Freyre pretende construir algo mais, que transcenda a lógica da enumeração, e se transforme numa análise da personalidade em causa, através do seu acervo material, acumulado ao longo dos anos, entendido enquanto fruto dessa experiência, e resultado de uma construção activa da memória. Pode aventar-se a hipótese segundo a qual o descritivismo serve a Gilberto Freire como instrumento para a expressão do perfil de Oliveira Lima, concretizando acerca dele um retrato de recorte etnográfico. Em 1928, cinco anos antes de *Casa Grande e Senzala*, verifica-se a presença, de modo incipiente, menos amadurecido, de certas características da escrita que viriam a celebrar Gilberto Freyre. Contudo, estão ausentes ideias ou palavras que prefigurem o luso-tropicalismo (Freyre, 1927-1928: 245-246).

No alinhamento redactorial da *Revista de História*, o texto seguinte sobre Oliveira Lima reproduz uma entrevista com o diplomata. A conversa decorreu sob o signo da nostalgia, bem presente quando Oliveira Lima se referiu ao seu exílio nos E.U.A: «O exílio só é suportável para os que têm forças para lutar. Vou desfalecendo aos poucos. Imagine que, ultimamente, nem tenho podido escrever para os jornaes de que sou collaborador» (última entrevista a Oliveira Lima, 1927-1928: 249).

A recolha de documentos, a pesquisa de factos, que teriam acolhimento num jornalismo de cariz próximo do historiográfico, talvez tenham cedido posto a um testemunho ontológico, de cuja tonalidade existencial se quis deixar registo. Uma outra reacção à morte de Oliveira Lima foi protagonizada, nas páginas da *Revista de História*, pelo também pernambucano Aníbal Fernandes, que deu prova de conhecer bem o falecido, ou os meios diplomáticos nos quais se moveram ambos, e que foram, até certo ponto, comuns, dado que a mediar as relações de ambos e a opinião de Fernandes sobre Lima encontra-se o recurso, por parte daquele, a testemunhos anteriores dum diplomata do Brasil em Paris e do argentino Stanislau Zeballos (este em 1920), ambos laudatórios relativamente ao pan-americanismo de Oliveira Lima, ao seu pacifismo (Fernandes, 1927-1928: 251-252).

Aníbal Fernandes evidencia um estilo entre a prudência diplomática e a opinião jornalística e sublinha o nacionalismo de Oliveira Lima, entendido como moderado e tolerante, compaginando o amor pelo Brasil com o apreço pelo continente em que geograficamente o país se inscreve, tentando quebrar a tradição guerreira vigente na Europa e vincar a autonomia face ao velho continente mas numa lógica de cooperação, não-agressão, e sem vincar ódios ou hostilidades. A forma como Fernandes materializa e põe em prática uma noção de verdade é tributária da escolha de um prisma: o do pan-americanismo, tido como valor positivo a defender e preservar.

Por seu turno, o trabalho de Fidelino de Figueiredo constituiu uma pequena homenagem a um espírito que dialoga com todos os da mesma estirpe, até então apresentados. Nele, o director da *Revista de História* parece servir-se da condição de organizador da evocação de Oliveira Lima, identifica-se com o respectivo perfil de intelectual e aproveita a ocasião para apresentá-lo em traços gerais, relacionados com as viagens científicas realizadas, o exílio em Washington, a forma de fazer e escrever História, o cosmopolitismo e o ibero-americanismo.

O organizador da homenagem solidariza-se com as características inerentes ao trajecto do intelectual brasileiro, dado que na altura em que redige o seu artigo se encontra também exilado, no caso em Madrid, situação que o impede de concretizar uma efeméride mais cuidada, por estar privado da sua biblioteca, facto que lamenta, num tom justificativo e crítico, portador de uma nota pessoal amarga, mas significativa: «(...) Infelizmente, vivendo fóra do meu país e sem a minha livraria, não pude organizar um verdadeiro *In Memoriam*, nem escrever o longo artigo biográfico e critico que devia a tão insigne figura e a tão grande amigo (...)» (Figueiredo, 1927-1928 b: 308).

Note-se a ausência de referência fideliniana a historiadores que, mais velhos ou mais novos, foram contemporâneos de Oliveira Lima, conforme são os casos, respectivamente, de F. Adolfo Varnhagen e Capristano de Abreu. Aquele intelectual português não avança os motivos de tais omissões, nem adianta se são deliberadas ou fruto de esquecimento. Todavia, a segunda hipótese parece anulada pelas suas próprias palavras, das quais avulta uma hierarquização explícita de entre as personalidades ligadas à historiografia. Figueiredo destaca Oliveira Lima, coloca-o acima dos restantes e exime-se a referir qualquer outro nome, mas é claro na preferência manifestada, tanto que se reservou o direito de evitar explicá-la. Contudo, enquanto Varnhagen representa, eventualmente, a seus olhos uma linha excessiva e exclusivamente erudita de abordagem, Capristano, mais problematizador, facto que agradaria ao homenageador de Oliveira Lima, estava ainda a construir o respectivo percurso, sendo porventura prematuro analisá-lo.

Fidelino de Figueiredo conhece bem a totalidade das intervenções compiladas na homenagem a Oliveira Lima e exerce velados reparos sobre elas, como o que se dirige à falta de estudos monográficos. Parece revelar-se crítico da subalternização do perfil historiográfico do homenageado, ou da excessiva concentração de contributos brasileiros. O seu artigo assume essas falhas e procura corrigi-las ou colmatá-las, apesar das limitações reconhecidas. O intelectual português demonstra sensibilidade para com o *espírito político* do falecido. O escrito fideliniano revela cuidado e interesse para com certos acontecimentos da vida de Oliveira Lima, mas procura problematizá-los, realizando uma introspecção acerca da efeméride em curso, e interpretando as implicações do perfil historiográfico do autor estudado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo esperamos ter demonstrado o quanto as relações Portugal-Brasil ou a presença/ausência do luso-tropicalismo na *Revista de História* podem interessar ou pertencer ao âmbito temático da lusofonia, em sentido amplo, ainda que no restrito esta só exista com este nome após independência das colónias Portuguesas em África, tendo-se fixado no plano lexical nos anos 90 de Novecentos.

Este artigo pretende contribuir para esbater a relativa escassez de estudos que abordem a lusofonia sob um ponto de vista essencialmente histórico-historiográfico. Extravasando claramente este domínio, a tese de Doutoramento de Lurdes Macedo trará novidades (Macedo, 2013). Ainda assim, como sugestão para trabalhos futuros, talvez seja prioritário um estudo académico sobre a retórica da alteridade na Historiografia Portuguesa, a exemplo do que foi realizado por Luíra Monteiro para a brasileira, que abarcou o período do Império até aos anos 30. Distinguiu três momentos: *Tempos de Construção*, *Tempos de Mudança* (República Brasileira) e *Tempos de Reencontro* (os anos 30) (Monteiro, 2013: 12-13). No primeiro andamento imperou uma retórica da alteridade centrada na *irmandade* defendida por Varnhagen entre

Portugal e Brasil, devendo este, alegadamente, a sua identidade ao país europeu citado. No segundo segmento temporal, Capristano de Abreu, apesar de republicano, ainda se encontrava ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro repercutiu a tese da *irmandade*, acrescentando-lhe a da *ambiguidade* entre a identidade dos dois países, ainda que tenha defendido a independência brasileira. Inversamente, Paulo Prado e Manoel Bonfim procuraram veicular uma retórica de *separação*, assente numa imagem negativa de Portugal. No terceiro lapso temporal, autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda protagonizaram o *reencontro* entre Portugal e Brasil, respeitador das diferenças entre ambos. Na *Revista de História* persiste alguma *nostalgia lusocêntrica* nos artigos de Fidelino sobre o Brasil, que reage contra Renato de Almeida, republicano brasileiro, enquanto Lúcio de Azevedo parece advogar um espírito próximo do que viria a ser o luso-tropicalismo, mas apresentado de modo impressionista e assistemático. Por seu turno, os *Tempos de Reencontro* repercutem-se na homenagem a Oliveira Lima, na qual Gilberto Freyre não prefigura o luso-tropicalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. L. (1914). A América latina e a América inglesa: a evolução brasileira comparada com a luso-americana e a anglo-americana, *Revista de História*, 3, 11: 196-200.
- AZEVEDO, P. (1914). Documentos para a história do Brasil: Thomé de Sousa e a sua família. *In Revista de História*, 3, 9: 68-81.
- FERNANDES, A. (1927-1928). Recordando um grande nome, *Revista de História*, 16, n.º 64: 251-253.
- FIGUEIREDO, F. (1925 a). Idées nouvelles sur les découvertes géographiques des portugais, *in Revista de História*, 14, 54: 135-151.
- FIGUEIREDO, F. (1925 b). Do aspeto científico na colonização portuguesa da América, *Revista de História*, vol. 14, 55: 189-220.
- FIGUEIREDO, F. (1925 c). Um século de relações luso-brasileiras. *Revista de História*, 14, 55: 161-188.
- FIGUEIREDO, F. (1927-1928 a). M. de Oliveira Lima, *Revista de História*, 16, 61: 5.
- FIGUEIREDO, F. (1927-1928 b). Pequena homenagem a um grande espírito. *Revista de História*, 16, 64: 308-311.
- FREYRE, G. (1927-1928) Oliveira Lima em Washington. *Revista de História*, 16, 64: 241-246.
- RODRIGUES, J. J. (1927-1928) Acerca de Oliveira Lima. *In Revista de História*, vol. 16, 63: 221-226

ESTUDOS

- ALMEIDA, P.R. (2001) Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora de época?, *Remate dos Males*, 24: 121-137. <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3214>

- ANKERSMIT, F. (1983) *Narrative logic: a semantic analysis of historian language*. The Hague: Martinus Nijhoff Philosophy Library.
- ARON, R. (1950). *La philosophie de l'histoire: essai sur une théorie allemande de l'histoire*, 2.^a edição Paris: Vrin.
- BARTHES, R. (1967) Le discours de l'histoire, *Social Science Information sur les sciences sociales*, 6 : 63-75.
- BLANKE, H.W. (2010) "Towards a new theory-based history of historiography", in *The discovery of historicity in German Idealism and historicism*, Peter Koslowski (editor), Berlin: Springer: 223-267.
- BLOCH, M. (1949) *Apologie pour l'histoire ou métier de l'historien*. Paris: Armand Colin, 1949.
- CARBONELL, Ch.-O. (1982) Pour une histoire de l'historiographie. In *Storia della Storiografia*, n.º 1, Milão: Jaca Book, 1982: 7-25.
- CASTELO, C. (1999) – «O Modo Português de estar no Mundo» O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto : Edições Afrontamento.
- FEBVRE, L. (1953) *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Colin.
- FOUCAULT, M. (1969) *L'Arquéologie du Savoir*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1966) *Les Mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- GODOY, J.T. (2010) Alguns desafios dos Estudos de Historiografia, *Projecto*, 41: pp. Disponível: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6539>
- GOMES, Â. de C. (2004) Rascunhos de História Imediata. De monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas, *Remate de Males*, 24: pp.9-31. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3208/2687>
- HESPANHA, A. M. (2003) Categorias. Uma Reflexão sobre a prática de classificar, in *Análise Social*, 28, 168: 823-840.
- KOSELLEK, R. (1997) *L'expérience de l'Histoire*, Paris: Gallimard, Le Seuil.
- LEAL, M. Â. (2004) "Longe da pátria mas sem a esquecer". Print and no print collections at the Oliveira Lima Library, *Remate de Males*, 24: 83-92. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3212>
- MACEDO, M.L. (2013) *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Especialidade em Comunicação Intercultural, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MARROU, H.-I. (1954) *De la Connaissance Historique*. Paris: Éditions du Seuil, 1954.
- MONTEIRO, L. F. (20013) *Retórica da alteridade na historiografia brasileira*. Dissertação de Doutoramento em História. Coimbra: Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23348>
- MOREIRA, N. (2012) *A Revista de História (1912-1928): Uma proposta de análise histórico-historiográfica*, 2 vols. Dissertação de Doutoramento em História. Porto: Universidade do Porto. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67315>

RICOEUR, P. (1955) *Histoire et vérité*. Paris: Éditions du Seuil.

SERPA, É. (2000) Portugal e Brasil: a escrita de dois irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n.º 36. Rio de Janeiro : Scielo, pp.69-97. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882000000100004&script=sci_arttext

VEYNE, P. (1971) *Comment on écrit l'histoire*, Paris: Éditions du Seuil.

White, H. (1983) *Content of the form narrative discourse and historical representation*, Baltimore Maryland: The Johns Hopkins University Press.